

Educação, patrimônio cultural e Louceiras do Maruanum.

Education, cultural heritage and Maruanum Louceiras

Ana Paula da Conceição Ferreira

Universidad Tecnológica Intercontinental

NOTA DA AUTORA

Ana Paula da Conceição Ferreira

Mestra em Ciências da Educação, Universidade Tecnológica Intercontinental.

anaapcferreira@gmail.com

Resumo

Este artigo é resultado da pesquisa de mestrado realizada na região do Maruanum – Amapá - Brasil, que trata da percepção da importância do patrimônio cultural para a educação local utilizando um método quantitativo. O foco do artigo é analisar a relação de conexões entre a história, quilombos e patrimônio cultural e como é avaliada a importância do tema nas salas de aula da educação quilombola no Estado de Amapá. O estado do Amapá situa-se na região amazônica que em princípio integra grande patrimônio cultural que é a floresta e dentro dela um conjunto de populações, denominadas como tradicionais inclusive os de quilombos. Desde 1959 com o livro *Rebeliões na Senzala* de Clovis Moura, quilombo passou a ser um tema contemporâneo com vários enfoques na antropologia, na geografia e na história. No artigo são revisados os conceitos de quilombo, patrimônio cultural e educação quilombola. O tema apresenta nuances sobre o direito de populações, a preservação da natureza e as disputas de terras demarcadas pelos constantes avanços das fronteiras econômicas. Quilombo é um tema importante na Constituição Brasileira de 1988 sobre os direitos a terra e a história. Neste quadro emerge o tema de patrimônio cultural, com variantes entre a natureza e paisagem, tendo os artefatos materiais e imateriais. Resultando na educação a problemática da importância do patrimônio cultural e da especificidade da localidade nos currículos e nas práticas educacionais. É apresentado o resultado da pesquisa sobre importância conferida por um grupo de educadores ao patrimônio cultural das louceiras que trabalham com barro.

Palavras chaves: quilombo; patrimônio cultural; educação quilombola; avaliação de política pública.

Abstract

This article is the result of a master thesis research conducted in the Maruanum - Amapá - Brazil region, dealing with the perception of the importance of cultural heritage for local education using a quantitative method. The focus of this paper is to analyze the relationship between history, maroon community and cultural heritage and how the importance of the theme is evaluated in local education classrooms in the state of the state of Amapá. The Amapá state is located in the Amazon region which in principle has a great cultural heritage that is the forest and within it a group of populations, called as traditional and among them the maroon community. Since 1959 with the book *Rebellions in the Slave Master Sector* by Clovis Moura, maroon community has become a contemporary theme with various focuses on anthropology, geography and history. The theme presents nuances about the right of populations, the preservation of nature and the disputes of land demarcated by the constant advances of the economic frontiers. Maroon community is an important theme in the 1988 Brazilian Constitution on land rights and history. In this picture emerges the theme of cultural heritage, with variations between nature and landscape, having material and immaterial artifacts. Resulting in education the problem of the importance of cultural heritage and the specificity of locality in curricula and educational practices. The article revises the concepts of maroon community, cultural heritage and education and presents the result of the research on the importance given by a group of educators to the cultural heritage of the clay artifacts workplaces.

Keywords: Maroon community; Cultural heritage; Education of Maroon Community; Public policy assessment and evaluation.

Educação, patrimônio cultural e Louceiras do Maruanum

O artigo é baseado na pesquisa de mestrado realizada na Escola Estadual Quilombola Raimundo Pereira da Silva, que está localizada na Região Sudeste do Estado do Amapá, Rodovia AP 156- Macapá/ Laranjal do Jari, no Distrito do Maruanum, distante aproximadamente cerca de 60 km da capital do estado, Macapá, sendo o Amapá um estado norte brasileiro dentro da região amazônica. Possuindo as características específicas de geografia de florestas e do desenvolvimento de forças econômicas capitalistas que provocam desmatamento e conflitos de terras com as populações denominadas como tradicionais, dentre elas as comunidades de quilombos. Quilombos formam um capítulo da história brasileira resultante do período escravista e são comunidades históricas formadas pelas fugas de populações escravizadas antes de 1888, ou seja, quando existiu o sistema de produção escravista no Brasil. Os quilombos constituem na atualidade um movimento social que reivindicam as terras que habitam e as políticas de proteção do estado, sendo uma delas a educação quilombola (Cunha Junior, 2012).

Para compreensão da importância da pesquisa realizada e do tema para a historiografia e para educação é necessário compreender minimamente o contexto particular e muito específico onde se desenvolve a educação quilombola e principalmente a geografia e a história do Amapá e da educação desse estado dentro do contexto da educação brasileira.

A educação brasileira na atualidade passa por uma reforma com novos enfoques sobre habilidades e competências onde o Ministério da Educação promove uma diversidade de currículos escolares prevendo os enfoques gerais de um tronco comum universalista e de uma ramificação pensando a diversidade cultural, geográfica e histórica de cada localidade. Esta reforma em curso tem como base a legislação das Diretrizes Curriculares Nacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1999). Dois objetivos de fundo democrático estão explícitos nas diretrizes que são a importância expressão dos movimentos sociais e da afirmação das identidades individuais e coletivas dentro do marco de respeito a diversidade. Portando parte da grade curricular é desenvolvida em cada localidade chegando à necessidade de cada escola em cada região desenvolver os conteúdos e as práticas educacionais. Assim as diretrizes curriculares e a educação quilombola são revistas neste artigo.

A necessidade de promoção da identidade e da compreensão do território evidência a necessidade de entender o patrimônio cultural nos seus diversos aspectos, geográficos, materiais e imateriais. Nesta direção é que se insere a política pública de educação

quilombola e dentro dela a valorização do território de quilombo e dos patrimônios culturais. Assim parte do artigo é referente ao conceito de patrimônio cultural e ao específico patrimônio da região em que está inserida a escola estudada que o trabalho com o barro é desenvolvido pelas louceiras no Distrito do Maruanum.

Por último o artigo apresenta e discute os resultados de pesquisa de caráter quantitativo realizada com relação política pública de educação quilombola e a inserção do tema do patrimônio cultural do trabalho com o barro realizado pelas louceiras do Distrito do Maruanum na educação quilombola da localidade. O propósito principal do artigo é destacar a pertinência e a importância do enfoque da história local e do patrimônio cultural em função da educação quilombola e dos parâmetros curriculares nacionais.

Distrito do Maruanum e a cultura do trabalho com o barro

O Distrito do Maruanum localiza-se nas margens do Rio Maruanum, que é afluente do Rio Matapi (Guimarães; Santana, 1989). O rio Maruanum tem aproximadamente 15 km de extensão, deságua no rio Matapi e este no rio Amazonas, sendo que a proximidade da foz do rio Amazonas estes sofrem a influências das marés. As comunidades ao longo do rio Maruanum estão distribuídas nas duas margens, porém as comunidades de Santa Luzia e Carmo do Maruanum estão situadas à margem direita (Costa; Ferreira, 2019), conforme mostra a Figura 1.



Figura 1: Comunidades que formam o Distrito do Maruanum
 Autoria: Célia Souza da Costa (2014).

A origem da denominação do lugar é motivo de fontes controversas. Da história oral local temos que quando os primeiros moradores do Maruanum se instalaram encontraram um casal de índios, o índio se chamava Maru e a índia Anum. Resulta desta composição o nome do Rio Maruanum (Costa, 2014). Com certeza o Maruanum foi primeiro habitado por índios, depois o jeito de fazer a louça foi repassado para os negros que foram os primeiros moradores depois dos índios. A pesquisa acadêmica de Barbosa (2011, p.18) e Coirolo (1991, p.74) reforçam esta hipótese sobre a denominação do lugar. No entanto Coirolo acrescenta que a população atual é resultado de grupos indígenas e de remanescentes de escravos africanos trazidos no século XVII como mão de obra para a construção dos fortes em Macapá. Neste tempo em razão da ausência de liberdade os escravizados fugiam para a floresta e nela formavam quilombos e mocambos.

Até início dos anos de 1980 a produção artesanal de panelas e utensílios de barro era de grande importância comercial na região do Amapá e foi reduzindo esta importância pela difusão dos utensílios industrializados em cerâmica, metal e plástico. No entanto a cerâmica do Maruanum continuou a ser produzida e é reconhecida como importante no estado e para cultura do Amapá. Este reconhecimento de importância é registrado por uma série de trabalhos acadêmicos dos quais destacamos (Coirolo, 1991), (Mafra, 2006), (Silvani, 2012) e (Costa, 2014).

A primeira e bastante importante nota sobre as louceiras de Maruanum foi realizada em 1991 pela arqueóloga e colaboradora do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Alicia Durán Coirolo (1991). Esta pesquisadora realizou uma série de levantamento pelo Brasil de trabalhos em barro e no Amapá realizou a pesquisa Atividades e Tradições Ceramistas do Maruanum. O estudo foi bastante abrangente analisando a secular fabricação de utensílios de cerâmica, como também a cestaria e a produção de farinha e demais derivados da cultura de mandioca. Dentro do estudo aparece um trabalho interdisciplinar com a antropologia realizando o estudo das formas de transmissões conhecimentos. O estudo realizado por esta arqueóloga evidenciou que a transmissão da técnica é secular, mas também concluiu que esta arte artesanal está em processo de desaparecimento devido a diminuição dos mercados e substituição por produtos industrializados.

Em 2006, o pesquisador José Ricardo de Souza Mafra realizou outra importante contribuição sobre as louceiras de Maruanum que resultou na tese de doutorado sobre “Espaços Transversais em Educação Matemática uma proposta de trabalho pedagógico”

(Mafra, 2006). A pesquisa e o trabalho de tese foram baseados na prospecção dos saberes culturalmente construído no seio de uma comunidade tradicional do Maruanum, tendo como ponto de partida o trabalho das louceiras. O encaminhamento metodológico foi desenvolvido através de aplicação de atividades escolares em que os conhecimentos tradicionais e instrumentais evidenciados na produção ceramistas foram adaptados e transpostos para o ambiente escolar. No desenvolvimento do trabalho de pesquisa foi utilizada a observação participante e técnicas de reunião e organização de dados, como entrevistas, depoimentos, registros em áudio e vídeo. O trabalho desenvolvido na perspectiva educacional na Comunidade do Maruanum aponta a existência de múltiplos caminhos legítimos de saber e conhecer a medida que, a legitimação desses caminhos sejam validadas praticadas e disseminadas no interior da comunidade escolar. Sendo mais um estudo que demarca a importância do patrimônio cultural sobre as técnicas das ceramistas do Maruanum.

Em 2012, com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a pesquisadora Juliana Morilhas Silvani (Silvani, 2012) apresentou a dissertação de Mestrado: *O Valor da Cultura: Um estudo de caso sobre a inserção da Louça do Maruanum/AP no mercado e sua relação com a preservação do patrimônio cultural*. A pesquisa realizada procura entender como a tradição se adapta as realidades do mercado. Como pode ser negociada a preservação do patrimônio cultural e a venda dos objetos no mercado do turismo. Como se processa descontextualizar os bens por adaptá-los às expectativas do mercado e ao gerar impactos negativos nas comunidades produtoras; ou se pode efetivamente contribuir para a preservação do patrimônio cultural por ser um meio de geração de renda, melhorando as condições de vida das comunidades produtoras e detentoras do patrimônio cultural imaterial. A pesquisa desenvolveu um estudo de caso sobre a cadeia produtiva e a trajetória social das louças do Maruanum, verificando as interações entre os sujeitos envolvidos na cadeia produtiva deste bem e os valores e significados atribuídos a ele ao longo das esferas de produção, circulação e consumo. A análise realizada revelou que no artesanato são aplicados os critérios de padronização de formas e homogeneidade de acabamento característicos da produção industrial com vistas a adequá-lo às expectativas estéticas do mercado e a hipotéticos gostos e preferências dos consumidores.

Por último, em 2014, Célia Souza da Costa (Costa, 2014) realizou também pesquisa junto ao programa de Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas da Universidade Federal do Amapá. Sua dissertação intitulada: *Patrimônio cultural do Amapá: o caso das louceiras do Maruanum em observância ao princípio da equidade intergeracional*, e teve

como principal objetivo analisar o ofício das Louceiras do Maruanum como patrimônio cultural material e imaterial considerando os princípios da equidade intergeracional, descobrir como o criar- saber- fazer do ofício ceramista estava sendo praticado, a fim de descrever as transformações ocorridas no processo do fazer da louça e quais as razões para que a tradição ceramista estivesse ao passo de desaparecer. Dentre as conclusões do trabalho foi confirmado o eminente risco de extinção do criar-saber-fazer do ofício ceramista nas duas comunidades pesquisadas, o reflexo negativo dos programas de assistencialistas do governo federal e estadual estimula o desinteresse pela prática tradicional, a necessidade de registro e outras tutelas possíveis para o reconhecimento oficial do ofício das louceiras do Maruanum como patrimônio cultural do Estado do Amapá e a urgência da prática de um plano de salvaguarda para que estimulasse os jovens a continuarem com a tradição do criar-saber-fazer das louças de barro.

O conjunto de estudos permite revisar uma base de conhecimentos conceituais sobre a produção das ceramistas. Informou que a obtenção da argila para produção da cerâmica é um processo de mineração dos bancos de material que estão em camadas profundas do solo e em locais específicos de que depende cavar ate aproximadamente dois metros de profundidade. Como também a técnica de tratamento da argila ate a produção da cerâmica são processos de certa complexidade e de grande experiência técnica. As mulheres são as ceramistas com rara participação de homens no processo. Os trabalhos de pesquisa também destacam a especificidade dos conhecimentos e importância econômica dessa produção artesanal para a comunidade do Maruanum.

A evolução do conceito de quilombo no Brasil

As referências sobre a população negra na história do Brasil tiveram uma grande evolução a partir da década de 1970 em razão dos fortes movimentos sociais de consciência negra, como também em razão das lutas de independência africana (Pereira, 2003), (Cunha Junior, 1992). Como Pereira designa existiu uma guerrilha ideológica mudando o curso da educação brasileira e introduzindo os temas de interesse da população negra. Um tema onde foi dada grande relevância foi o da história dos quilombos. Paralelos aos movimentos sociais dois livros foram decisivos na introdução do tema da história dos quilombos sobre o enfoque da nova história, da historia pensada com base nos movimentos populares: Clovis Moura,

Rebeliões na Senzala (Moura, 1959) e Décio de Freitas, Palmares a Guerra dos escravos (Freitas, 1971).

Como bem definiram as professoras Petronilha Beatriz e Lucia Barbosa existiu a formação de um pensamento negro na educação e foram formadas novas estruturas para pensar a educação da população negra e neste sistema os quilombos e o combate ao racismo foram as molas mestras da transformação do pensamento educacional brasileiro (Gonçalves, Silva & Barbosa, 1997).

A pesquisadora de educação quilombola Marlene Pereira dos Santos indica que os quilombos são um tema da história das Américas e que existem no Caribe e nos países americanos sobre diversas designações de Marrons, Maruns, Cimarrons, Palanques, Quilombos e Mocambos (Pereira Santos, 2012).

O conceito de quilombo percorre um espectro que vai da ideia de negros fugidos para o mato a organizações de comunidades tradicionais com está expresso na constituição brasileira de 1988 (Santos, 1995), (Pereira Santos, 2012). Na atualidade os quilombos estão na constituição brasileira com o título de comunidades tradicionais e como um direito a posse das terras ocupadas.

Quilombo passou a ser um tema da história, antropologia e geografia. A explicação mais utilizada na antropologia sobre as origens da palavra quilombo é dada pelo antropólogo Congoles radicado no Brasil professor Kabengele Munanga da Universidade de São Paulo.

A palavra Kilombo é originária da língua banto umbundo, falada pelo povo ovimbundo, que se refere a um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central, mais especificamente na área formada pela atual República Democrática do Congo (antigo Zaire) e Angola. Apesar de ser um termo umbundo, constitui-se em um agrupamento militar composto pelos jaga ou imbangala (de Angola) e os lundos (do Zaire) no século XVII. (Munanga, 2004).

Completando a definição de Munanga temos Rafael Sânzio Araújo dos Anjos (2006: p 46) dizendo que o Quilombo é uma palavra de origem africana, vem do quimbundo kilombo, com vários significados e se aproxima de termos como habitação, acampamento, floresta e guerreiro. Na região central da bacia do Congo, significa “lugar para estar com Deus”. Rafael Sânzio ressalta essa sacralidade na luta que os negros tiveram que empreender para manter-se nas terras que eles conquistaram.

Na Lei de Terras do Brasil, de 1850, os africanos e seus descendentes foram excluídos da categoria de brasileiros e classificados apenas como libertos. Mesmo que tivessem comprado, herdado ou recebido terra em doação, eram frequentemente expulsos dos territórios escolhidos para viver. Assim, para o povo quilombola a terra sagrada e comunitária passou a ter outro significado: a luta para mantê-la, exatamente como faziam os seus ancestrais. (Anjos, 2006, p. 62).

Tomando Pereira Santos (2012) apoiada em Andrewes sabemos que Colômbia e o Brasil são os únicos países da Américas do Sul a terem uma lei no sentido da garantia da proteção às terras de comunidades negras de quilombo e que estes países também reconhecem a necessidade de uma educação específica para as populações dessas comunidades.

Na Colômbia, os ativistas negros orgulham-se de ter conseguido proteções constitucionais para as terras de propriedade dos negros (assim como a pesquisa e o ensino sobre a história e sobre a cultura afro-colombianas, obrigatórios por lei federal), mas teme que com o desenvolvimento econômico nas planícies florestais do Pacífico, as leis não sejam adequadamente cumpridas e as famílias negras percam as terras em que caçaram, mineraram e cultivaram durante gerações. (Andrewes, 2007, p. 224).

Importante é que a Constituição Brasileira promulgada em 1988 consta o direito das comunidades de quilombo e que foi consolidado dentro do item comunidades rurais e comunidades tradicionais. A formulação de comunidades tradicionais foi baseada no conceito de patrimônio histórico e cultural (Pereira Santos 2012). A constituição da República Federativa do Brasil de 1988 reconhece dentro do conjunto das comunidades rurais tradicionais a existência de remanescentes de quilombos e mocambos. Comunidades reconhecidas como quilombos são formas de enfrentamento à sociedade escravista das populações de africanos e seus descendentes. Trata-se de populações com especificidades históricas e culturais, mas inseridas dentro da categoria população negra. O reconhecimento dos remanescentes de quilombo indica uma história de movimentos sociais de luta pelo direito à terra e ao patrimônio cultural. Quilombos ou comunidades de quilombo fazem parte das reivindicações históricas, econômicas, políticas e sociais pautadas pelos movimentos negros. Os quilombos têm aspectos espaciais, temporais e culturais próprios. Constituem uma herança africana que ao longo de décadas realizam naturalmente no fazer de todos os dias transmissões de conhecimentos técnicos, científicos, religiosos e culturais de origem africana.

Em razão de diversidade de processos históricos e condições geográficas escravizados africanos e seus descendentes construíram comunidades no meio rural brasileiro ao longo dos séculos e com a Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 68 das Disposições Transitórias, o estado brasileiro reconheceu um direito histórico das comunidades remanescentes de quilombos o direito de propriedade das terras que ocupam.

Art. 216. Inciso. S5-Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Disposições Transitórias - Art. 68- Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras são reconhecidas a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (Constituição do Brasil, 1988).

O decreto 4.887/03 regulamentou os procedimentos para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por esses grupos. A publicação desse decreto institui também que a caracterização dessas comunidades como remanescentes de quilombos deve ser atestada mediante autodefinição dos membros das próprias comunidades. Estes decretos reconhecem a denominação histórica de quilombos ou de mocambos como lugares de moradia de população negra, ou de origem africana. Portanto mocambo é tratado como sinônimo de quilombo.

O reconhecimento pela lei traz vantagens legais e, no entanto, insere as comunidades num grande campo de disputas fundiárias brasileiras. A reforma agrária no Brasil é um assunto difícil, produto de um estado conservador e da existência de uma elite agrária de origem escravista. Na prática a titulação das terras é o último passo de um processo em três etapas todas longas e difíceis. Somente a titulação garante o direito à propriedade da terra. Na primeira etapa é necessário o auto- reconhecimento, ou a auto- definição da comunidade e a solicitação do reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, órgão do ministério da Cultura. A ideia do reconhecimento é baseada no recolhimento e organização do patrimônio cultural da comunidade, sua memória coletiva e histórica. Obtido o reconhecimento na Fundação Cultural Palmares, a etapa seguinte consiste na solicitação da titulação no INCRA. O processo no INCRA depende de um laudo denominado de antropológico elaborado pelos antropólogos deste órgão. A dificuldade burocrática é a demora deste laudo visto o número reduzido de profissionais de antropologia. No caso do Amapá e de um modo geral para todo Brasil faltam recursos humanos e materiais, praticamente existe um antropólogo para todo o

estado e demanda de mais quarenta localidades sendo necessário em média de três a seis meses para cada laudo.

O reconhecimento do direito as suas terras dependem da identidade cultural das comunidades e dos remanescentes através desta identidade se auto definir como quilombolas, o que também significa perceberem-se como negros/as. Esta dificuldade é devido às informações controvertidas do que é ser negro, e às imposições e assimilação do racismo e o menosprezo que atinge a sua cultura. Os que foram dados a possibilidades de perceber a importância de sua cultura já se colocam de forma mais afirmativa e combativa perante a sociedade envolvente, inclusive assumindo sua negritude. Neste sentido a titulação também depende do reconhecimento do patrimônio histórico cultural que faz parte da identificação como povos rurais ou povos das florestas. Assim o desconhecimento explícito do texto do Artigo 216 da constituição de 1988 é relativizado pela prática de valorização de suas manifestações culturais, reconhecidas como patrimônio imaterial brasileiro.

Conclui-se que o conceito de quilombo se tornou muito importante para as comunidades rurais negras e que a educação se torna específica em função do conceito, mas também em razão da força dos movimentos sociais da população negra. Assim se explica a existência de uma educação quilombola cujos marcos legais examinamos no próximo item deste artigo.

História da Educação quilombola e das diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais

Do ponto de vista da geografia e da economia as considerações sobre os territórios quanto a sua natureza de ocupação permanecem divididos entre rural e urbano. Desde 1950 na sociedade brasileira apresenta uma literatura que discute o rural e o urbano, muito em função da urbanização acelerada do período e também pela grande expansão do agronegócio e do surgimento de muitos conflitos em função da ocupação de terras. Nesse período, 1950 - 2000, as atividades agropecuárias definiram as formas de uso dos recursos naturais entre as agriculturas de sobrevivências e as de grande escala, as atividades econômicas primordiais tanto para sobrevivência humana como para os negócios de exportação e neste processo articularam espaços geográficos, relações sociais e políticas, e formas de ocupação e uso dos recursos naturais e desta forma representam uma importante base para compreensão e discussão da formação da sociedade brasileira. Estando compreendido nesta discussão os direitos sociais, individuais e coletivos (Perico & Ribeiro, 2005). Dentro da discussão rural e

urbano, estão elencadas as populações de quilombos e as do campo, sendo um dos qualificadores a denominação de populações tradicionais.

Compreendemos com base em Arruda (1999) que as populações classificadas no âmbito de “tradicionais” são as que apresentam uma forma de ocupação do espaço geográfico e uso dos recursos naturais relacionados com a subsistência. São populações que do ponto de vista econômico possuem uma fraca articulação econômica com os mercados de consumo. Executam um modo de produção baseado em uso intensivo de mão de obra familiar e não empregam tecnologias modernas de agrotóxicos na produção, reduzindo impacto sobre o meio ambiente e provenientes de conhecimentos patrimoniais de transmissão pelo uso. São populações geralmente classificadas como caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras variantes. Sendo as populações indígenas não se inserem nesta categoria. São populações que possuem como denominador comum à ocupação do território há muito tempo e não têm registro legal de propriedade privada individual da terra. Usualmente reconhecem como definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente.

Em razão dos movimentos sociais denominados como quilombolas e movimentos da terra ou camponeses, surgiu na educação brasileira duas correntes de educação rural com grande semelhança e muitas interseções: educação quilombola e educação do campo. A educação quilombola apresenta como eixo aglutinador do conhecimento o patrimônio cultural afrodescendente e a educação do campo as formulações de classe social e relações capitalistas.

Na definição de educação do campo, a professora Machado (2013) retoma a escola como espaço de formação social e política dos sujeitos e o designo de socialização dos saberes acumulados do longo da história da humanidade e conclui que para aqueles que vivem no campo a escola também é espaço de luta.

A escola pode ser um lugar privilegiado de formação, de conhecimento e cultura, valores e identidades das crianças, jovens e adultos. Não para fechar-lhes horizontes, mas para abri-los ao mundo desde o campo, ou desde o chão em que pisam. Desde suas vivências, sua identidade, valores e culturas, abrir-se ao que há de mais humano e avançado no mundo (Arroyo, Caldart, Molina, 2011, p. 14).

Conclui que a educação do campo tem por objetivo a consideração a identidade cultural dos sujeitos que ali vivem. Sujeitos considerados de forma dinâmica em construção. No entanto os mesmos pressupostos fazem parte da educação quilombola, com ênfase na transmissão da cultura negra.

O patrimônio cultural na educação quilombola no Amapá

Segundos os historiadores Chiavenato (1999, p.65) e Vicente Salles (1851) os quilombos no Brasil, na Região Norte Brasileira e em particular nas áreas denominada como Grão Para, onde se encontra o estado do Amapá, denominado no passado como Guiana Brasileira, formaram-se desde o início da ocupação das terras pelos portugueses. Foram movimentos amplos de fuga e organizações de territórios de habitação que no Grão-Pará apresentou uma magnitude histórica que proporcionou a notificação oficial da existência mais escravos nos mocambos que nos próprios cativeiros como destaca Vicente Salles na obra “Velho Brado do Amazonas”, de 1851:

"Não é desconhecido à polícia a notícia de existirem dois grandes quilombos entre Epinegé e Arauaia, e outros lugares assim infestados de semelhante mal, que diariamente se acoutam escravos fugidos e desertores." (In: Velho Brado do Amazonas, Belém, ano 1, no 77, 29/05/1851 apud Salles, 1971, 210-211).

Portanto deduzimos que os atuais quilombos existentes no Amapá são remanescentes deste período histórico heroico de contestação do regime escravista. Na então Província do Grão Pará, depois de desmembrado hoje está o estado do Amapá, como narra o Vicente Salles (1971) os movimentos de fugas embora intensos eram um processo de grande risco e dificuldades devido a repressão portuguesa e a imensidão dos rios e da selva amazônica. Funes (1995) é outro historiador que destaca a importância dos quilombos nesta região e explica que a disputa de terras entre a França e Brasil facilitou a permanência dos quilombos, pois parte do território entre o Amapá e Oiapoque, depois de 1841, tornou-se região de neutralidade política e militar.

A Fundação Cultural Palmares é o órgão do Governo Federativo do Brasil responsável pelo registro das comunidades de quilombo em todo país. Com relação às comunidades de quilombo do estado do Amapá a fundação registra até 2016 a existência de 40 comunidades apresentadas na tabela número 1.

MUNICÍPIO	NOME DAS COMUNIDADES
Calçoene	Cunani
Macapá	Conceição do Macacoari, Lagoa dos Índios e Mel da Pedreira, Ambé, Ilha Redonda, Porto do Abacate, Rosa, São José do Mata Fome, São Pedro dos Bois, Curralinho e São João do Matapi, Santo Antônio do Matapi, Ressaca da Pedreira, São José do Matapi do Porto do Céu, Santa Lúzia do Maruanum I e II, Curiaú, Campina Grande, Rio Pescado, Torrão do Matapi, Abacate da Pedreira, Carmo do Maruanum, Lago do Papagaio e Santo Antônio da Pedreira.
Santana	São Francisco do Matapí, Engenho do Matapí, Nossa Senhora do Desterro dos Dois Irmãos, Cinco Chagas, Igarapé do Lago, Alto do Pirativa e São Raimundo do Pirativa
Mazagão	Lagoa do Maracá
Oiapoque	Kulumbu do Patuazinho e Vila Velha do Cassiporé
Tartarugalzinho	São Tomé do Aporema
Ferreira Gomes	Igarapé do Palha
Itaubal	São Miguel do Macacoari
Laranjal do Jari	São José
Vitória do Jari	Taperera

Tabela 1: Demonstração das comunidades remanescentes quilombolas amapaenses

O “Patrimônio Cultural” é um tema de múltiplas faces nas questões dos quilombos no Brasil e no estado do Amapá, sendo o caso das louceiras do Maruanum um exemplo significativo em razão do seu amplo reconhecimento no estado e fora dele (Guimaraes & Santana, 1989), (Barbosa, 2011), (Coirolo, 1991).

Antes de apresentarmos o patrimônio cultural das louceiras ou ceramistas do Maruanum convém localizar a tema dentro das ciências humanas e do trabalho de pesquisa realizado.

Um ponto importante é o patrimônio cultural como meio de desenvolvimento da identidade cultural e da cidadania, fatores que justificam o trato do patrimônio cultural na educação e que implica no trabalho no âmbito da educação quilombola.

Os primórdios do trabalho com patrimônio cultural no Brasil datam da década de 1930 atrás do reconhecimento da cidade de Outro Preto, em Minas Gerais como um bem de importância patrimonial a ser preservado (Fonseca, 2009). Entretanto somente na constituição de 1988 que o patrimônio cultural é compreendido com parte da identidade e cidadania, do pertencimento da população a uma localidade e, portanto, como um bem de direito social (Fonseca, 2009).

Embora o patrimônio cultural tenha grande reflexo nas áreas de arquitetura, urbanismo e paisagismo, na atualidade é trabalhado dentro do escopo dos bens materiais e imateriais, e recebem fortíssima contribuição da história e da geografia devido ao fato que as experiências sociais patrimoniais se desenvolvem dentro de um espaço geográfico num determinado tempo histórico. Pelas modernas abordagens da geografia econômica e humana entrelaçam-se os conceitos de cultura, como conhecimento do saber fazer, do conhecimento tecnológico, com caso a deste trabalho a tecnologia das ceramistas do Maruanum, o conhecimento e o processamento do artefato de barro ou da cultura do barro e da cerâmica, do lugar geográfico donde se realizam as atividades e onde se processam as identidades e os territórios no sentido de transformação do espaço habitado por uma população e dos usos e sentido empreendidos e compreendidos neste espaço. No caso o território da comunidade de quilombo, o lugar Maruanum e a cultura das louceiras. Todos os conceitos marcando um conjunto de particularidades que o tornam únicos e, portanto, diferenciados dos demais lugares e territórios (Carlos, 1996). Particularidades que justificam uma abordagem educacional com enfoque na cultura, no lugar e no território. Um conjunto teórico que marca a diferença da educação quilombola

Portanto, tratamos o espaço geográfico do quilombo como uma singularidade. Deste modo:

Os diversos elementos que compõem a existência comum dos homens inscrevem-se em um espaço; deixam ai suas marcas. Lugar onde se manifesta a vida, o espaço é condição, meio e produto da realidade da sociedade humana em toda a sua multiplicidade. Reproduzida ao longo de um processo histórico ininterrupto da constituição da humanidade do homem, este é também o plano da reprodução. Ao

reproduzir sua existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço. Se de um lado o espaço é um conceito abstrato, de outro tem uma dimensão real e concreta como lugar da realização humana, que ocorre diferencialmente no tempo e no lugar e que ganha materialidade no território (Carlos, 2001, p.11).

A floresta é um patrimônio para os povos que habitam a região amazônica, no entanto também é considerada um patrimônio da humanidade pela UNESCO, sendo um enorme fator de cobiça e desmando pelo potencial econômico e pelas exportações que se realizam desde a segunda guerra mundial (Loureiro, 2002). Também a floresta para os quilombos e indígenas é um fator de conflito com os invasores devido a expansão das fronteiras econômicas e sempre um problema para mediação do estado. Como patrimônio cultural a preservação é de difícil controle sendo a manutenção dos povos tradicionais é um fator de preservação do patrimônio cultural visto que estes povos vivem de um uso sustentável da riqueza da floresta. Este um dentre os diversos fatores que justificam o reforço a identidade que resulta na permanência nas terras e no interesse pela sua preservação.

Concluimos que o patrimônio cultural é um ponto importante para compreensão da dinâmica e da vida das comunidades de quilombo e que reside na educação quilombola um dos meios de reforço sobre a importância dos patrimônios culturais.

Desta perspectiva do patrimônio cultural que tratamos as louceiras do Maruanum e passamos a entender deste ofício.

Ceramistas, louceiras e oleiras são designações dada as profissões que trabalham os conhecimentos sobre a argila como base da produção de artesanal de utensílios variados.

A produção da cerâmica é iniciada com a retirada da argila. Coiroló (1991, p.78) descreve que para a fabricação da cerâmica, as mulheres do Maruanum iam procurar a matéria prima (argila) e o cariapé (madeira para produção do carvão) em lugares distantes das suas habitações. Sendo que a procura da argila e do cariapé eram em mutirão, já que a fonte de argila estava localizada uma hora e meia de canoa das casas das louceiras. Já a árvore cariapé era encontrado no meio da floresta e para extraí-lo levava um dia inteiro de trabalho. Caripé é uma Árvore nativa do Amapá e somente as cascas do tronco da árvore são retiradas e queimadas para serem transformadas em cinzas (o cariapé) que misturada com a argila dá consistência a massa para o preparo da louça.

Para participar destas duas últimas tarefas citadas para o fabrico da cerâmica, as mulheres deveriam obedecer às seguintes regras:

1- Devem levar em consideração a fase da lua tanto na extração da argila quanto no corte do cariapé. Somente três dias após a mudança de fase é que a tarefa pode ser realizada.

2- As mulheres que vão participar do mutirão não devem estar menstruadas, pois isso faria com que a argila ficasse “contaminada, quer dizer impura.

3- As mulheres grávidas também não podem participar dessas tarefas, pois poderiam “empanemar” a argila e a casca do cariapé.

4- As mulheres que participam do mutirão devem fazer abstinência sexual na noite que antecede à extração da argila (Coirolo, 1991, p.78-79).

Sobre as atividades das louceiras do Maruanum a nossa observação da pesquisa realizada e as fotos que seguem coincidem com a descrição feita em outros trabalhos (Coirolo, 1991), (Costa, 2014), (Ferreira, 2019).

Coirolo (1991, p. 79) diz que no dia da retirada da argila, que as mulheres acordam cedo e vão para o barreiro, lugar com depósitos de argila. Para extrair a argila, as mulheres abrem um buraco com a ajuda de pedaços de galhos de árvores. Os paus são utilizados para abertura do buraco porque as louceiras acreditam na crença que a terra utilizada para a fabricação da louça não pode entrar em contato com o metal, pois este ato deixaria a “terra impura”, assim as peças de barro quebrariam durante a queima. A figura 2 é o registro da abertura do buraco para retirada da argila realizado em 2017.



Figura 2: Louceiras com ajuda de alunos para realizar a abertura do buraco.
Autoria: Ana Paula Ferreira (2017).

Coirolo (1991, p.79-80) continua com a descrição da retirada do barro, onde a primeira camada de terra preta é retirada com cerca de 70 cm de espessura, como esta terra não serve para fazer louça, ela é retirada e deixada junto ao buraco. A segunda camada é de cor branca com aproximadamente 30 cm de espessura conhecida como tabatinga, sendo que este tipo de argila é apropriado para a fabricação de tijolos, não para louças de barro. Quando o buraco tem cerca de 110 cm chega-se à “veia do barro puro”, daí se retira o material para produção da louça, dependendo a consistência do barro. A figura 3 mostra a escavação realizada e uma das mulheres fazendo a verificação da consistência da argila.



Figura 3: Louceira Marciana fazendo o teste da consistência da argila.
Autoria: Célia Souza da Costa (2014).

Após a verificação da consistência do barro, uma ou duas louceiras (geralmente as mesmas que fazem o teste da consistência do barro) sentam ao redor do buraco e aguardam a pessoa que está dentro do buraco repassar o barro que imediatamente é enrolado como bolas em sacos plásticos. Coirolo (1991, p.80) descreveu que as bolas de argila eram enroladas em duas folhas de sororoca, porém elas foram substituídas por sacos plásticos grossos (Figura 4) que conservam a argila por mais tempo, por mais de ano, já que com as folhas da sororoca o ar entra mais rápido e o barro endurece.



Figura 4: Louceira fazendo bolas da argila para armazenar em sacolas plásticas.
Autoria: Ana Paula Ferreira (2017).

Depois da retirada da argila e do cariapé, segundo Coirolo (1991, p. 82-83) é realizada a distribuição das bolas de argilas entre as louceiras, em seguida as mulheres pegam as suas canoas e vão para suas casas e fazem a limpeza da argila retirando da mesma todas as raízes e pedras que possam conter e depois o barro é amassado e misturado com as cinzas do cariapé em partes iguais, onde é adicionado um pouco de água para formar uma pasta homogênea de cor acinzentada. Para modelar a peça, as louceiras trabalham na “barraca” ou “casa-da-louça” numa bancada, onde formam roletes de barro que dão origem as peças.

Pesquisa sobre a percepção das louceiras dos professores e dos alunos sobre importância dessa cultura na educação

Seguem nesta parte do artigo os resultados pesquisa realizada sobre o conhecimento da cultura do barro e as atividades das louceiras incisas no contexto histórico e geográfico da região e realizado na educação quilombola. A produção de material didático, as aulas produzidas e o projeto pedagógico realizado fizeram parte de uma política pública de educação quilombola que a pesquisa realizada no âmbito do mestrado avaliou. Neste quesito de avaliação da política pública o foi enfoque pesquisa quantitativo, a técnica utilizada foi enquete e o instrumento para coleta de dados foi questionário fechado realizado com 12 (doze) professores, 40 alunos do 6º ao 9º ano e 13 louceiras que trabalham com a produção de

louças de barro na comunidade de Carmo Maruanum e adjacências. Os resultados da pesquisa mostraram que o trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores é pautado na tríade: cultura, patrimônio cultural e trabalho pedagógico, envolvendo planejamento, desenvolvimento de conteúdo e estratégias didáticas, que são trabalhados apenas na escola Raimundo Pereira da Silva, devendo ser mais ampliado e valorado por todos os seguimentos envolvidos.

O Gráfico 1, mostra na opinião das louceiras de que forma a escola trabalha a educação patrimonial e cultural.

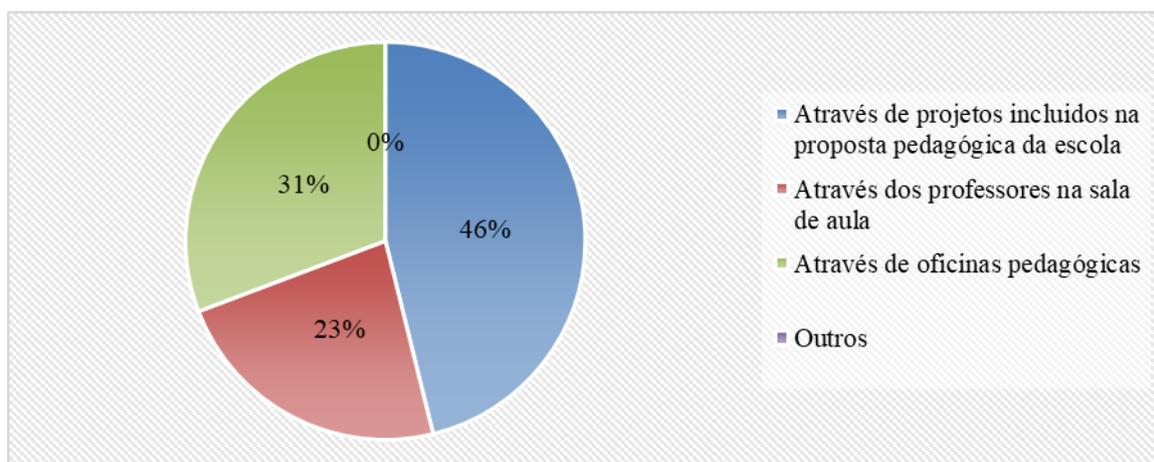


Gráfico 1. A forma que a escola trabalha a educação patrimonial e cultural
Fonte: Elaboração da autora

De acordo com os dados apresentados, 46% das louceiras responderam que a escola trabalha através de projetos inclusos na proposta pedagógica da escola; 23% responderam através dos professores na sala de aula e 31% que através de oficinas pedagógicas. A educação patrimonial e cultural é trabalhada em projetos inclusos na proposta pedagógica da escola.

No gráfico 2, responde se as louceiras já participaram de algum projeto realizado pela escola Raimundo Pereira da Silva voltados para a educação cultural e patrimonial.

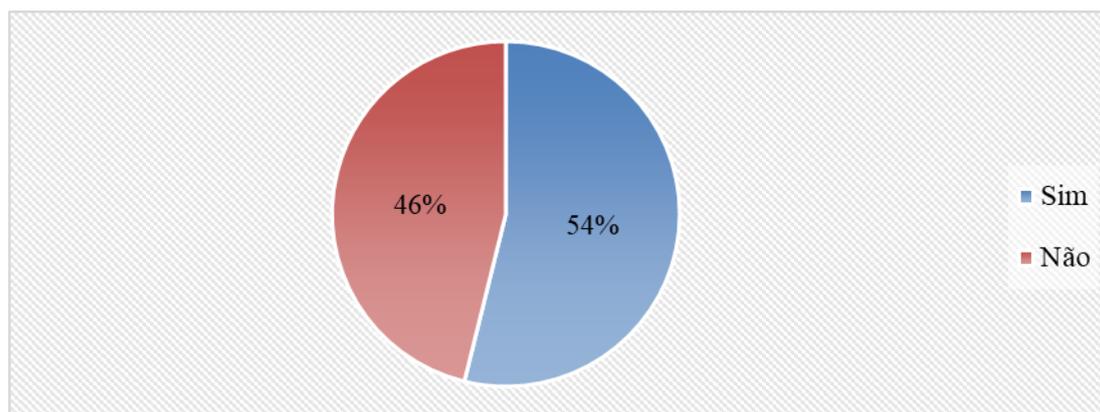


Gráfico 2. Se as louceiras já participaram de algum projeto realizado pela escola Raimundo Pereira da Silva voltado para a educação cultural e patrimonial
Fonte: Elaboração da autora.

Como resultado temos 54% das louceiras disseram que já participaram de algum projeto realizado pela Escola Quilombola Raimundo Pereira da Silva voltado para a educação cultural e patrimonial e 46% das louceiras disseram que não. Pode-se entender que a Escola Quilombola desenvolve um trabalho sobre a educação cultural e patrimonial, mas que precisa ser mais abrangente com intuito de inserir todos os agentes participes no processo

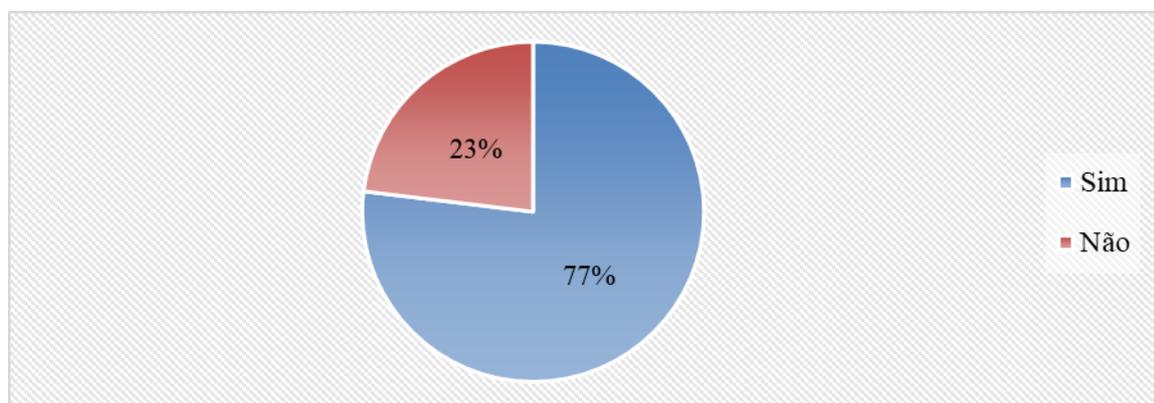


Gráfico 3. Se a escola Raimundo Pereira da Silva já convidou as Louceiras do Maruanum para divulgarem seu trabalho para os alunos, com intuito de fortalecer a cultura local.
Fonte: Elaboração da autora.

Segundo com os dados apresentados das louceiras entrevistadas, 77% das louceiras disseram que sim.

No gráfico 4, apresenta os dados de quantos professores da Escola Quilombola Raimundo Pereira da Silva trabalham a cultura das Louceiras do Maruanum.

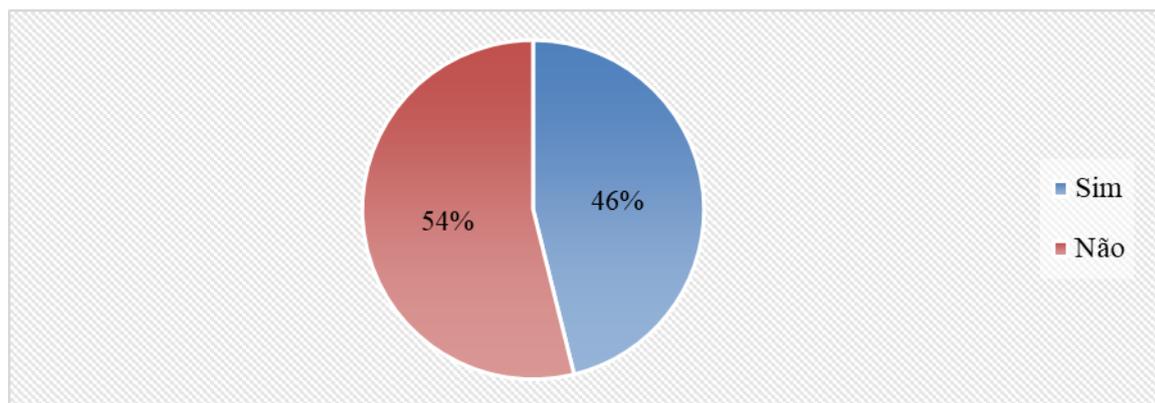


Gráfico 4. Os professores trabalham a cultura das Louceiras do Maruanum.

Fonte: Elaboração da autora.

Segundo os dados apresentados 54% dos professores não trabalham a cultura das louceira em razão de falta de conhecimento. Apenas 46% das louceiras disseram que sim, que os professores abordam a cultura e o patrimônio das louceiras e estão preparados para debater questões locais.

O Gráfico 5 apresenta a forma que a educação cultural e patrimonial é tratada pelos professores da Escola Estadual Quilombola Raimundo Pereira da Silva.

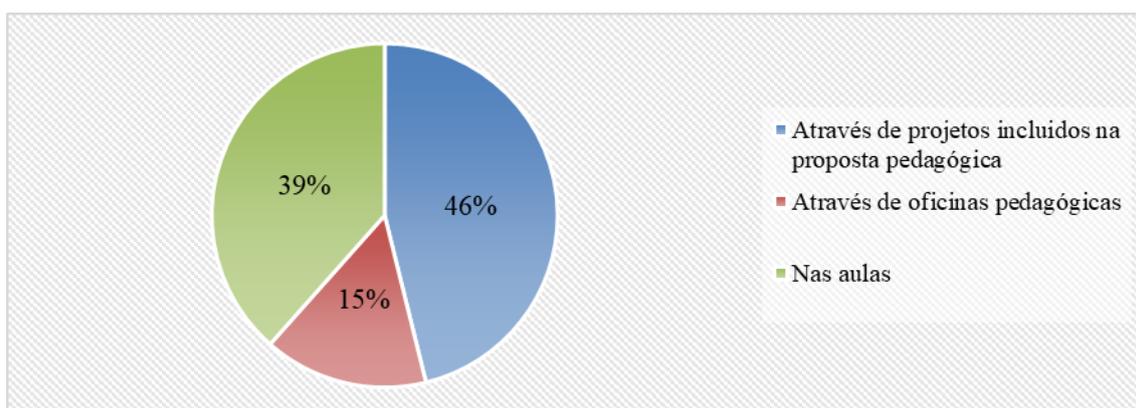


Gráfico 5. A forma como você trabalha a educação cultural e patrimonial com seus alunos.

Fonte: Elaboração da autora.

Temos que 46% dos professores trabalham os temas nas aulas, 39% por meio de projetos e 15% responderam através de oficinas.

No Gráfico 6, buscou-se apresentar os dados pautados no planejamento docente, se os professores incluem o conteúdo patrimônio cultural barro.

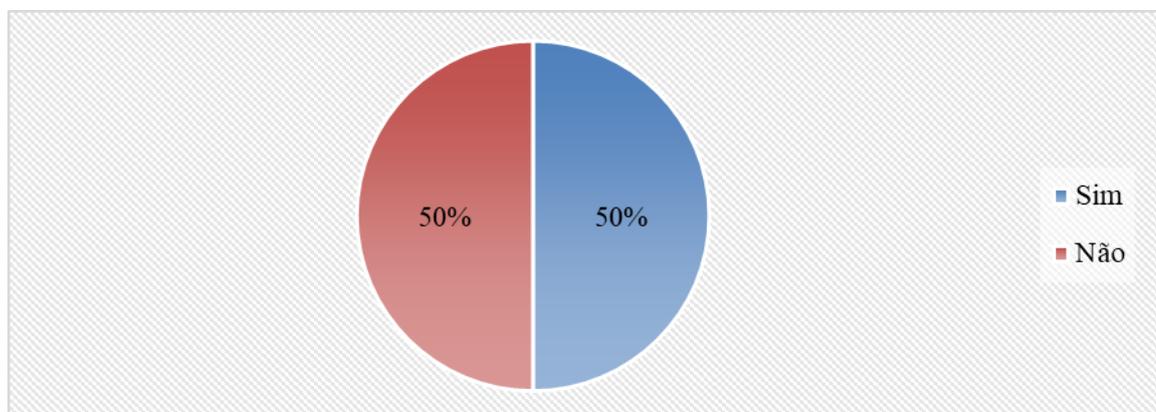


Gráfico 6. Sobre se o professor inclui no planejamento o conteúdo patrimônio cultural barro.

Fonte: Elaboração da autora.

Metade afirma que sim e outra que não. A justificativa dos que não inclui é a falta de conhecimento aprofundado, devido a temporalidade curta de permanência na comunidade.

No Gráfico 7, apresentar com que frequência o currículo escolar desenvolvido na escola contempla conteúdos sobre patrimônio cultural da comunidade.

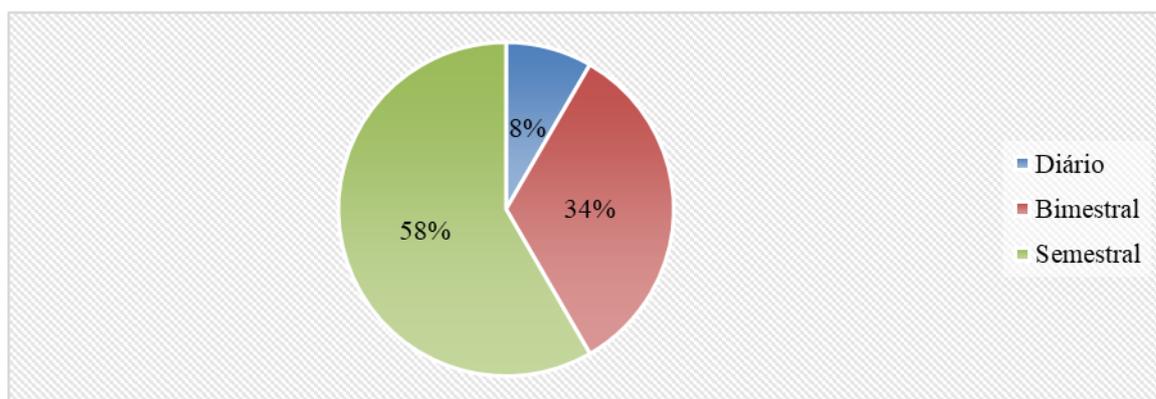


Gráfico 7. Com que frequência o currículo escolar desenvolvido na escola contempla conteúdos sobre patrimônio cultural da Comunidade

Fonte: Elaboração da autora.

Resultado é que 58% desenvolvem semestral, 34% desenvolvem bimestral e 8% dos professores apresentam na frequência diária, demonstrando que a temática é contemplada no currículo escolar.

No Gráfico 8 reflete a forma em que é apresentado o tema.

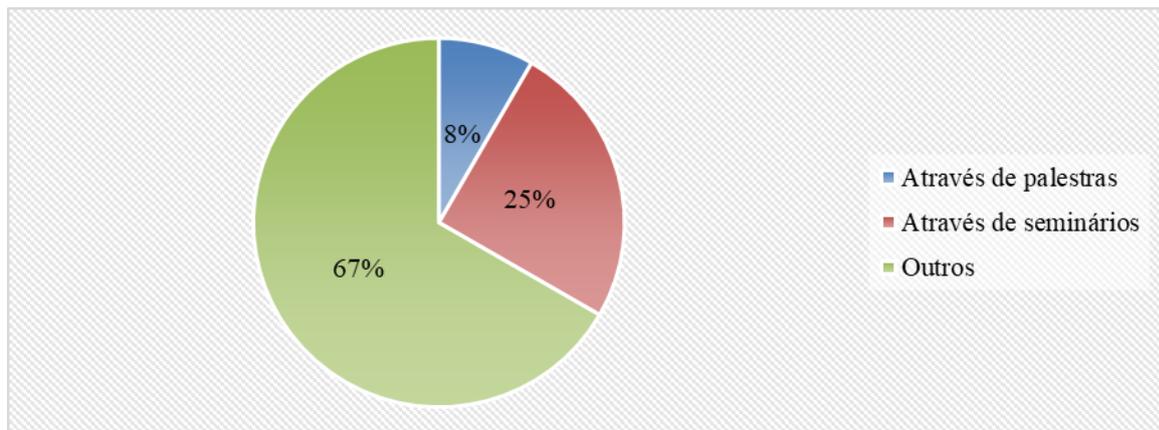


Gráfico 8. Como os professores apresentam o tema.
Fonte: Elaboração da autora

Temos como resultado que 8% dos professores responderam por meio de mesa redonda, 25% dos professores através de seminários e 67% relataram outros meios.

O gráfico 9, trata dos dados coletados dos alunos sobre a forma que eles receberam o trabalho pedagógico sobre o barro e as louceiras do Maruanum.

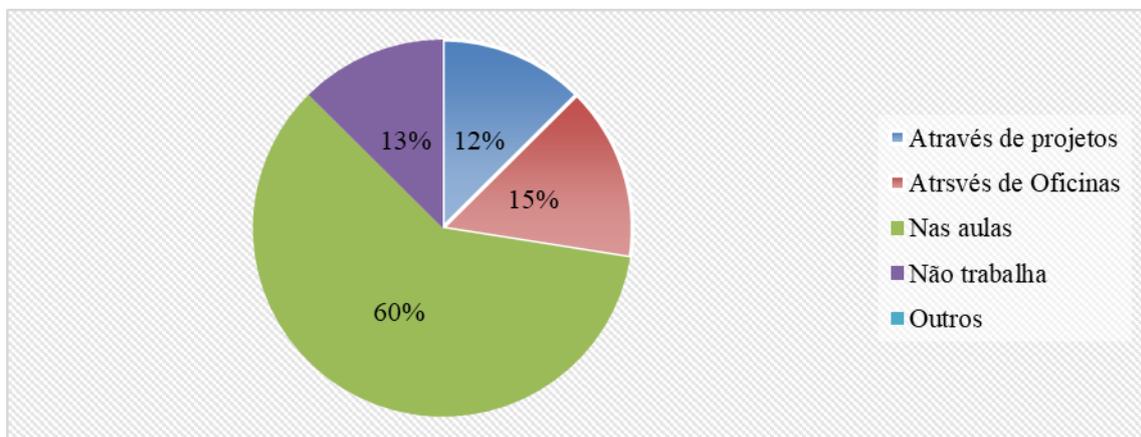


Gráfico 9. De que forma seu professor trabalha a educação cultural e patrimonial
Fonte: Elaboração da autora

Como resultado 60% responderam que os professores trabalham nas aulas, 15% dos alunos disseram que eles trabalham por meio de oficinas; 13% que os professores não trabalham a educação cultural e patrimonial, 12% através de projetos.

No Gráfico 10, buscou-se apresentar os dados dos alunos sobre se o professor inclui nas aulas conteúdos sobre o patrimônio cultural barro.

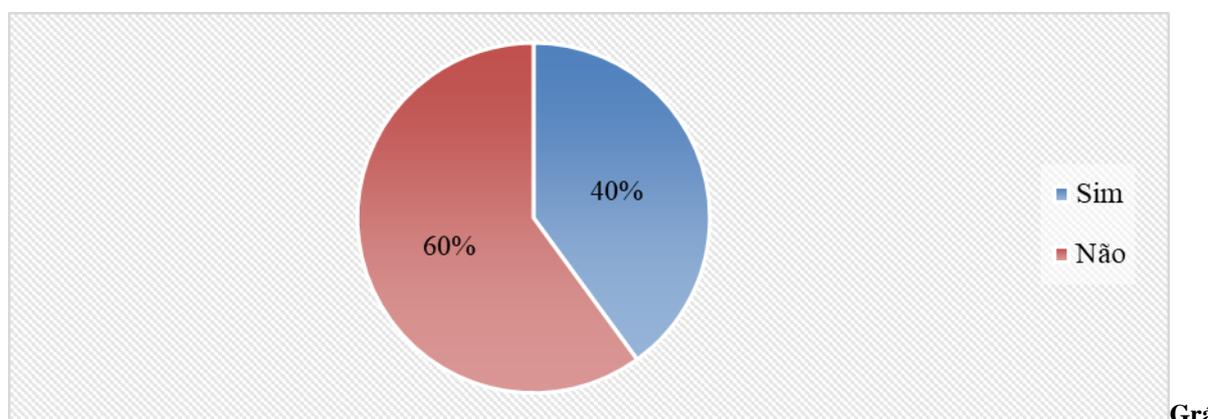


Gráfico 22. Se o professor inclui nas aulas conteúdos sobre o patrimônio cultural barro.
Fonte: Elaboração da autora

Os alunos em 40% dos entrevistados responderam que os professores trabalham conteúdos nas aulas e 60% responderam que os professores não trabalham conteúdos que tratam da educação cultural e patrimonial nas aulas.

Conclusões

A investigação realizada foi relativa ao tema da educação quilombola, assunto atual nas relações sociais brasileiras por se tratar de comunidades rurais vulneráveis e onde as propostas curriculares dos órgãos federais deixaram temas em aberto e responsabilidades de complementos para as instituições estaduais e para os sistemas de decisão em nível da escola, sendo assim estamos diante de um currículo parcialmente aberto e complementado por proposições localizadas. Acrescenta-se a problemática curricular em aberto a forma modular empreendida pelo sistema educacional do Amapá de ensino a estas comunidades, onde o

corpo docente não é permanente as escolas e os professores residem temporariamente na localidade das escolas. Dentro da educação dos quilombos uma das propostas é o fortalecimento da identidade e da autoestima dos alunos através de práticas pedagógicas que trate de temas e conteúdos relativos as suas realidades. Isto justificou a pesquisa: Trabalho Pedagógico com Patrimônio Cultural na Comunidade Quilombola (Ferreira, 2019). Toda parte conceitual é apresentada neste artigo. A parte da avaliação de como o tema é desenvolvido podemos concluir que existe um grande trabalho pedagógico na escola, que o planejamento pedagógico contempla o tema e que 50 % trabalham o tema na escola pesquisada. Que as louceiras são presentes na escola e que os alunos reconhecem a importância desse patrimônio cultural, e que os temas estão inseridos nos conteúdos apresentados na Escola Quilombola do Maruanum.

Referências

- ANDREWS, G. R. 2007. América Afro-Latina. São Carlos: EDUFSCAR.
- ANJOS, Rafael. S. A. 2006. Coleção África-Brasil: Cartografia para o Ensino-Aprendizagem Volume I. Brasília - DF: Mapas Editora & Consultoria, (Atlas Cartográfico Étnico - Material Didático)
- ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagma (Orgs.). 2011. Uma educação do campo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- ARRUDA, Rinaldo. 1999. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação . Revista Ambiente & Sociedade - Ano II – N° 5 – 2° Semestre.
- BARBOSA, Maria Inês Cardoso. 2011. Arranjo Local de Produção de Louças na Comunidade Quilombola do Maruanum-AP. Monografia do Curso de Especialização em Gestão de Arranjos Produtivos Locais. UNIFAP, Universidade Federal do Amapá: Macapá-Amapá.
- BELAS, Carla Arouca. 2004. Aspectos Legais do INRC: relação com legislações nacionais e acordos internacionais. Belém: IPHAN.
- BRASIL, Constituição, 1988. 2012. Da Ordem Social. Vade Mecum Compacto. São Paulo: Saraiva.
- _____, Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento

para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto
Acesso em: 10 set de 2019.

BRASIL, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/AP). Passo a passo de titulação de território quilombola. Disponível em:<

http://www.incra.gov.br/passos_a_passos_quilombolas> Acesso em: 23 mar.2018.

_____, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/AP).

Acompanhamento dos processos de regularização quilombola. Disponível em:<

http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf> Acesso em: 23 mar.2018.

_____. 1999. Parâmetros Curriculares Nacionais 5ª a 8ª Série. Online,

<http://www.mec.gov.br>, 08 set 2019.

CARLOS, A. F. A. 1996. O lugar no/do mundo. São Paulo: HUCITEC.

_____. 2001. Espaço-tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto.

CHIAVENATO, Júlio José. 1999. O Negro no Brasil: da senzala à abolição. São Paulo: Moderna,

COSTA, Célia Souza da / FERREIRA, Ana Paula da Conceição. 2019. O criar-saber-fazer das Louceiras do Maruanum como patrimônio cultural afro do Amapá. IN: Henrique Cunha Junior e Marlene Pereira dos Santos (org.). Afro Patrimônio Cultural. Fortaleza- Editora Via Dourada.

COSTA, Célia Souza da. 2014. Patrimônio cultural do Amapá: o caso das louceiras do Maruanum em observância ao princípio da equidade intergeracional. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas. Fundação Universidade Federal do Amapá, Macapá-Amapá.

COIROLO, Alicia Durán. 1991. In Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Atividades e Tradições dos Grupos Ceramistas do Maruanum (AP). V. 7. Série Antropologia. Belém-PA.

- CUNHA JUNIOR, Henrique. 2012. Quilombo: patrimônio histórico e cultural. Revista Espaço Acadêmico. Numero 129. Fevereiro; páginas 158-167.
- _____. 1992. Textos para o movimento negro. São Paulo: Editora Edición.
- FEITOZA, Paulo Fernando de Britto. Patrimônio Cultural da Nação: tangível e intangível. Revista Aboré. 2ª ed. Manaus: Escola Superior de Artes e Turismo da Universidade do Estado do Amazonas. 2006. Disponível em:<http://www.revistas.uea.edu.br/old/aboré/artigos/artigos_2/Artigos_Professores/Paulo%20Feitoza.pdf> Acesso em: 20 mar.2018.
- FERREIRA, Ana Paula da Conceição. 2019. Trabalho Pedagógico com Patrimônio Cultural Barro na Comunidade Quilombola. Assunção – Paraguai: Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Universidade Tecnológica Intercontinental. Facultad de Postgrado.
- FREITAS, Décio Bergamaschi. 1971. Palmares - A Guerra dos Escravos, Porto Alegre, Movimento.
- FONSECA, M. C. L. 2009. O patrimônio em processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN.
- FUNDAÇÃO CULTURAL DOS PALMARES. 2019. Disponível em:<<http://www.palmares.gov.br/quilombola/?estado=AP>> Acesso em: 10 set 2019
- FUNES, Eurípides. 1995. Nasci nas matas: nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Tese de doutorado, São Paulo: USP.
- GALLOIS, Dominique Tilkin (Org.). 2011. Patrimônio Cultural Imaterial e Povos Indígenas: exemplos no Amapá e norte do Pará. São Paulo: Iepé.
- GIL, Antônio Carlos. 2010. Como elaborar projeto de pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Altas.
- GOMES, Flávio dos Santos. 1996. Em torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia Colonial. Povo Negro. Revista da USP. São Paulo: 1996.
- _____. 1999. Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira séculos XVIII/XIX. Belém: UFAP.
- GONÇALVES E SILVA, Petronilha B. e BARBOSA, Lúcia M. A. O pensamento Negro em Educação. UFSCAR. SP. 1997.
- GUIMARÃES, Elza Correia Velasco; SANTANA, Shirley Barbosa. A cerâmica utilitária do

- Maruanum. 1989. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Licenciatura em Educação Artística. UNIFAP, Universidade Federal do Amapá: Macapá-Amapá.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. Revista de ESTUDOS AVANÇADOS 16 (45), 2002.
- MACHADO. Luane Cristina Tractz. Da educação rural à educação do campo: conceituação e problematização. IV Seminário Internacional de Representações sociais, subjetividade e Educação. EDUCERE, 2013.
- MAFRA, José Ricardo e Souza. 2006. Espaços Transversais em Educação Matemática uma contribuição para formação de professores na perspectiva etnomatemática. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- MOURA, Clovis. 1959. Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Editora Achimine.
- MUNANGA, Kabengele. 2004, Estudos sobre a África subsaariana nos países da América Latina. In: BOAVENTURA, Edivaldo M; SILVA, Ana Celia da. (Org.). O terreiro, a quadra e a roda: Formas alternativas de educação da criança negra em Salvador. 1ed. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA, v. , p. 77-85.
- OLIVEIRA, Ana Gita de. , 2004. Salva-guarda do Patrimônio Cultural. Belém: IPHAN.
- PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo. 2008. O que é Patrimônio Cultural Imaterial. São Paulo: Brasiliense.
- PEREIRA, Amauri Mendes. 2003. Guerrilha na educação: A ação pedagógica do movimento negro na escola pública. Revista Educação em Debate. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Ano 25 – V. 2 – n° 46.
- PEREIRA SANTOS, Marlene. 2012. Incursões na História e Memória da Comunidade de Quilombo de Alto Alegres - Município de Horizonte –CE. Mestrado em Educação Brasileira. UFC.
- PERICO, R. E.; RIBEIRO, M. P. 2005. Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável: visão do território na América Latina e no Caribe. Brasília, DF.
- PORTA, Paula. 2012. Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010. Brasília: IPHAN/Monumenta.,

SALLES, Vicente. 1971. O Negro no Pará, sob regime de escravidão. Rio de Janeiro:

Fundação Getúlio Vargas e Universidade Federal do Pará. Disponível em:

<<https://fauufpa.files.wordpress.com/2013/03/o-negro-no-parc3a1-vicente-salles-pdf.pdf>>. Acesso em: 28 fev 2017.

SANTOS, Luzia do Socorro Silva. 2005. Tutela das Diversidades Culturais Regionais à luz do Sistema Jurídico-ambiental. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris.

SANTOS, Marlene Pereira dos. . 2012. Incursão na História e Memória da Comunidade de Quilombo de Alto Alegre - Município de Horizonte – CE.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará.

SANTOS, Milton. 1995. O Espaço do Cidadão. 3ª ed. São Paulo: Nobel,

SOUZA, Carla Gabrieli Galvão de. 2008. Patrimônio Cultural: o processo de ampliação de sua concepção e suas repercussões. Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília. N. 7, p.37-66.

SILVANI, Juliana Morilhas. 2012. O valor da cultura: um estudo de caso sobre a inserção da louça do Maruanum/AP no mercado e sua relação com a preservação do patrimônio cultural, 2012. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro.

TEIXEIRA, Elizabeth. , 2012. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.